

CADERNO DE ENCARGOS**AQUISIÇÃO DE BENS****Índice**

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	2
1. Objeto.....	2
2. Prazo do contrato.....	2
3. Obrigações principais do adjudicatário.....	2
4. Preço contratual	3
5. Condições de pagamento	3
6. Garantia Técnica e Garantia da continuidade de fabrico	4
7. Conformidade e operacionalidade dos bens	5
8. Penalidades contratuais.....	5
9. Dever de sigilo	6
10. Proteção de dados pessoais	6
11. Força maior	7
12. Resolução por parte da entidade adjudicante	7
13. Resolução por parte do adjudicatário	8
14. Foro competente	8
15. Subcontratação e cessão da posição contratual	8
16. Comunicações e notificações	9
17. Local da entrega dos bens	9
18. Gestor do Contrato	9
19. Contagem dos prazos	9
20. Legislação aplicável.....	9
Parte II – Cláusulas Especiais	9
21. Especificações técnicas	9
22. Anexos	9

PARTE I – Cláusulas Gerais

1. Objeto

1. Procedimento n.º **CPI/05/23/DCP**.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal Fornecimento e assentamento estantes compactas móveis mecânicas duplas e fixas duplas e simples destinadas a depósito de Arquivo, no edifício sito Centro Cultural Dr. Francisco Sanches da Câmara Municipal de Braga. Na aquisição encontram-se ainda contemplado o fornecimento, instalação de estante fixa simples com 4 (quatro) gavetas por módulo.
3. O objeto do contrato abrange ainda serviços de o transporte, a montagem, a instalação e garantia dos bens referidos no número anterior.

2. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
 - a. Com contrato reduzido a escrito, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, se assinado eletronicamente, não podendo ser outorgado antes de decorridos 10 dias após a comunicação de adjudicação e apresentados todos os documentos de habilitação, conforme previsto no artigo 104.º do CCP
3. O prazo de fornecimento e montagem dos bens objeto do contrato é o que constar da proposta adjudicada, não podendo exceder o prazo máximo de **70 (setenta) dias**.
4. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

3. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta de acordo com o tipo, especificações técnicas e quantidades previstas nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos e que dele fazem parte;
 - b. Manter inalteradas as condições de fornecimento;
 - c. Obrigação de garantia dos bens;
 - d. Responsabilizar-se pela qualidade e substituição, em caso de defeito, dos bens fornecidos
 - e. Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;

- f. Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 3. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
 4. Não alterar as condições das obrigações fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
 5. São igualmente da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

4. Preço contratual

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior, não pode, em qualquer caso, ser superior a 345.000,00.€ (valor sem IVA).
2. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente os relativos ao acondicionamento, embalagem, carga, transporte e descarga no local indicado para os locais de consumo, bem como seguros ou quaisquer outras despesas inerentes ao transporte.

5. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
 - a. o artigo 36.º do CIVA;
 - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
 - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
 - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;

ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaeletronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com.

2. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
3. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com as entregas efetuadas.
4. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
7. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
8. Mais se informa que “Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>.”

6. Garantia Técnica e Garantia da continuidade de fabrico

1. O cocontratante garante os bens objeto do presente procedimento contra defeito de fabrico, durante o prazo que constar da proposta adjudicada, o qual não pode ser inferior a 5 (cinco) anos, a contar da data sua entrega e montagem nas instalações do contraente público.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a. O fornecimento de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e. O transporte do bem ou as peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g. A mão-de-obra.

3. A reparação ou substituição de peças devem ser realizadas dentro de um prazo de razoável fixado pelo contraente público e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
4. O cocontratante deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todos os acessórios, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilísticas aplicáveis.

7. Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na cláusula das especificações técnicas do presente documento.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues e montados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens, nos termos do artigo 444.º a 446.º do CCP.
4. O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância entre o bem objeto do contrato e o bem que lhe é entregue.
5. Quando os produtos solicitados não se encontrarem em perfeitas condições ou quando forem fornecidos produtos diferentes dos solicitados, a entidade adjudicante reserva-se no direito de devolver os produtos em questão, tendo o fornecedor de proceder à sua substituição no prazo de (24 horas), contadas a partir da notificação por parte do Município.

8. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do prazo de entrega apresentado na proposta, o qual deve obedecer ao estabelecido no n.º 3 da cláusula 2.ª, o contraente público pode exigir do cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária no valor de 100,00€ (cem euros) por cada dia de atraso, com o limite de 20% do valor do contrato;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 30% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

9. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

10. Proteção de dados pessoais

1. O adjudicatário e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e para o IMPIC, IP.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da

residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.

4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

11. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

12. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do adjudicatário:
 - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
 - b) Prestação de falsas declarações;
 - c) Estado de falência ou insolvência;
 - d) Cessaçã da atividade;
 - e) Condenaçã, por sentençã transitada em julgado, por infraçã que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitaçã judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaraçã escrita enviada ao adjudicatário.

13. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

14. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

15. Subcontrataçã e cessã da posiçã contratual

1. A subcontrataçã pelo adjudicatário e a cessã da posiçã contratual por qualquer das partes depende da autorizaçã da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do

CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

16. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

17. Local da entrega dos bens

Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, no edifício sito Centro Cultural Dr. Francisco Sanches, sito na Rua D. Pedro V em Braga.

18. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, é designado como gestor do contrato:

- a. Gestor do contrato: Dr. Porfírio Correia

19. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

20. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais

21. Especificações técnicas

As especificações técnicas constam do documento anexo ao presente caderno de encargos intitulado Parte II – Clausulas Técnicas

22. Anexos

Parte II – Clausulas Técnicas

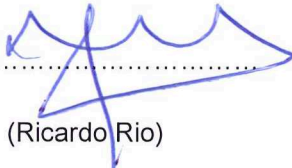
Anexo A: planta em formato CAD editável

Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 28-07-23

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

Parte II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

ÍNDICE GERAL

Cláusula 1ª - Memória descritiva	2
Cláusula 2ª – Objeto do fornecimento e montagem	2
Capítulo II – Estantes compactas Rolantes e Fixas	2
Cláusula 3ª – Condições de implantação	2
Cláusula 4ª – Modelos de caixa para o arquivo de documentação	3
Cláusula 5ª – Capacidade de armazenamento	4
Cláusula 6ª – Características do sistema das estantes compactas rolantes e fixas	4
Cláusula 7ª – Características das peças e dos materiais	5
Cláusula 8.ª - Estantes	6
Cláusula 9.ª - Prateleiras	7
Cláusula 10.ª – Construção, preparação e montagem	7
Cláusula 11.ª – Fixação de carris, pavimento e nivelamento	8
Cláusula 12.ª – Estante fixa simples com 4 (quatro) gavetas	8
Cláusula 13.ª – Homologação, certificação e garantia	8

Cláusula 1ª.

Memória Descritiva

O presente capítulo do caderno de encargos refere-se à descrição e fixação das características técnicas dos bens necessários para equipar o serviço do Arquivo Municipal sito no Centro Cultural Dr. Francisco Sanches

Cláusula 2ª.

Objeto do fornecimento e montagem

1. O presente concurso tem por objeto o fornecimento e assentamento estantes compactas móveis mecânicas duplas e fixas duplas e simples destinadas a depósito de Arquivo, no edifício sito Centro Cultural Dr. Francisco Sanches da Câmara Municipal de Braga, de acordo com o indicado nas Cláusulas Técnicas gerais do Caderno de Encargos.
Na aquisição encontram-se ainda contemplado o fornecimento, instalação de estante fixa simples com 4 (quatro) gavetas por módulo conforme cláusula 12ª.
2. O objeto do contrato a celebrar compreende o fornecimento, o transporte, a montagem, a instalação e garantia dos bens referidos no número anterior.
3. No que respeita aos bens a fornecer, o objeto do contrato compreende ainda o fornecimento de 6% para além do número necessário de cada um dos diversos formatos de prateleira a adquirir, percentagem essa que deve ser devidamente refletida no mapa de quantidades a preços unitários.

Capítulo II – Estantes compactas Rolantes e Fixas

Cláusula 3ª.

Condições de implantação

1. Para a realização do estudo de implantação e entrega da proposta, encontra-se anexa às peças do concurso, planta em formato CAD editável (Anexo A). Os concorrentes deverão apresentar o Anexo B e C devidamente preenchido, o qual faz parte integrante e obrigatório da proposta, refletindo o layout da planta a apresentar. Devem ainda os concorrentes apresentar uma memória descritiva da planta com a implantação das estantes, tipo e características das estantes propostas.
1. As dimensões mínimas para implementação das estantes móveis é de:
 - a) Dimensão de 800 mm de Corredor entre estantes;
 - b) Dimensão de 1000 mm de Corredor de acesso (lado dos volantes).

2. O vão livre acima das estantes, não aproveitável enquanto área útil de prateleira, deverá ter, no mínimo, uma distância que permita, de forma fácil, ágil e sem constrangimentos, realizar as ações de manutenção aos equipamentos e infraestruturas pré-existentes.
3. O projeto de implantação das estantes deverá ter em atenção todas as infraestruturas técnicas e equipamentos, designadamente, o sistema de AVAC, sistema de deteção e extinção de incêndios, caixas de pavimento, entre outras.
4. Constitui obrigação dos concorrentes desenhar e apresentar a planta com a implantação das estantes de acordo com o local onde as mesmas vão ser instaladas, respeitando a áreas existente nas diferentes salas do edifício, podendo para o efeito, no primeiro terço do prazo de apresentação das propostas, deslocar-se ao local da obra para verificação e cumprimento desta obrigação, constituindo o **Anexo A** um elemento meramente ilustrativo que não garante corresponder às dimensões efetivas, bem como a verificação de todas as medidas, nivelamentos, aprumos, alinhamentos e condições do pavimento existente e de acesso dos locais.
5. Os interessados deverão solicitar no primeiro terço do prazo para a apresentação das propostas, através do canal disponível na plataforma eletrónica de contratação em uso nesta entidade, a data e hora pretendida, a identificação das pessoas que irão realizar a visita, sendo que deverão fazê-lo com uma antecedência mínima de 2 dias úteis face à data pretendida e à qual será dada resposta até ao dia útil anterior da data pretendida.

Cláusula 4ª.

Modelos de caixa para o arquivo de documentação

1. No Arquivo serão utilizados distintos modelos de caixa para o arquivo de documentação, conforme caracterização seguinte:

1.1 Caixas de tipo 1

- a) Características gerais
 - i) construídas em cartão;
 - ii) Orifício Frontal para manuseamento da pasta.
- b) Características específicas
 - i) Largura: 105mm;
 - ii) Comprimento (prof.): 280mm;
 - iii) Altura: 365mm.

1.2 Caixas de tipo 2

- a) Características gerais
 - i) construídas em cartão;
 - ii) Orifício Frontal para manuseamento da pasta.
- b) Características específicas
 - i) Largura: 105mm;
 - ii) Comprimento (prof.): 280mm;
 - iii) Altura: 325mm.

1.3 Caixas de tipo 3 (arquivo fotográfico)

- a) Características gerais
 - i) construídas em cartão;
- b) Características específicas
 - i) Largura: 65mm;

- ii) Comprimento (prof.): 295mm;
- iii) Altura: 243mm.

Cláusula 5ª.

Capacidade de armazenamento

1. A capacidade de armazenamento é a que constar da proposta adjudicada devendo respeitar um mínimo de 6.000 (seis mil) metros.
2. Para efeitos do número anterior, a capacidade de armazenamento é medida em metros lineares úteis de prateleira.
3. Em termos de disposição para efeitos de arquivo, as pastas são colocadas na posição Vertical, nos diferentes depósitos de arquivo, de acordo com a seguinte grelha:

Depósitos do Arquivo	Tipo de caixas a armazenar		
	Caixa de tipo 1	Caixa de tipo 2	Caixa de tipo 3
Depósito 1 – Histórico	X		
Depósito 2 – Histórico	X		
Depósito 4 – GU	X		
Depósito 5 – DMOSM	X		
Depósito 7 – Fotográfico			X
Depósito 8 – Fotográfico			X
Depósito 14 – Fiscalização		X	
Depósito 16 – Património		X	
Depósito 17 – Contabilidade	X		
Depósito 18 - Polícia	X		

Cláusula 6ª.

Características do Sistema das Estantes Compactas Rolantes e Fixas

1. O sistema será de estantes compactas móveis mecânicas e fixas duplas e simples, obrigatoriamente testadas, homologadas, credenciadas e produzidas de acordo com todas as normas europeias aplicáveis.
2. O design bem como os materiais a utilizar no fabrico e confeção das estantes compactas móveis mecânicas e fixas duplas e simples, deverão ter em atenção o uso a que se destinam, pelo que deverão garantir a sobriedade, o conforto e a resistência adequados ao seu uso frequente.
3. O sistema será composto por estantes compactas móveis mecânicas e fixas duplas e simples, que deslizam sobre carris galvanizados, que quando fechadas formam um bloco compacto.
4. Os eixos de transmissão deverão ser equipados de rolamentos esféricos, isentos de manutenção.
5. Os carris são fabricados em réguas de aço galvanizado maciço e indeformável, conectados entre si com pinos de aço, a fim de assegurar um nivelamento rigoroso ao longo de todo o seu comprimento e fixos ao pavimento. O sistema deverá comportar carris guia e de rolamento, em número e posicionamento eficaz para a uniforme distribuição das cargas a suportar, bem como da estrutura

do edifício.

6. Os carris guia deverão possuir uma forma convexa a fim de acolher a forma concava da roda guia, de modo a guiarem convenientemente o circuito de deslocação das estantes. (Devendo obrigatoriamente os concorrentes demonstrar documentalmente com descrições, desenhos e / ou fotografias as características descritas, permitindo à entidade adjudicante aferir e conhecer o sistema descrito e desenhado)
7. Os sistemas de carris devem possuir sistema anti-tombo e anti-descarrilamento. (Devendo obrigatoriamente os concorrentes demonstrar documentalmente com descrições, desenhos e / ou fotografias as características descritas, permitindo à entidade adjudicante aferir e conhecer o sistema descrito e desenhado)
8. Nas correntes do sistema não são admitidos óleos ou outros lubrificantes que possam atrair ou agarrar poeiras e sujidades.
9. O conjunto deverá ter capacidade de carga adequada para o fim a que se destina e ser constituído por todos os acessórios e componentes necessários à sua correta montagem, e funcionamento.
10. Todos os componentes metálicos do sistema, deverão ser fabricados a partir de aço laminado de acordo com as normas europeias em vigor.
11. As bases metálicas onde assentam as estantes, são rígidas e indeformáveis, fabricadas em chapa de aço perfilada e constituídas por longarinas e travessas soldadas mecanicamente, garantindo uma estabilidade perfeita e sem deformações (Devendo obrigatoriamente os concorrentes demonstrar documentalmente com descrições, desenhos e / ou fotografias as características descritas, permitindo à entidade adjudicante aferir e conhecer o sistema descrito e desenhado)
12. As bases são providas de pitons de borracha numa das faces, a fim de amortecer o encosto das estantes, para permitir que circule o ar e evitar o contacto entre a documentação, quando as estantes encostam, servindo também de amortecedor.
13. A base é sujeita por um sistema de transmissão mecânico. (Devendo obrigatoriamente os concorrentes demonstrar documentalmente com descrições, desenhos e / ou fotografias as características descritas, permitindo à entidade adjudicante aferir e conhecer o sistema descrito e desenhado)
14. O sistema de acionamento do movimento das estantes deverá ser manual/mecânico, permitindo que uma só pessoa consiga acionar fácil e eficazmente o conjunto completo de módulos das estantes, com carga plena, de uma forma suave, silenciosa, sem atrito aparente, sem oscilações e vibrações, não devendo o esforço necessário a aplicar ser superior a 1kg por cada 1000kg de carga.
15. O movimento deverá obter-se por sistema de forças exercidas num volante de 3 hastes, com design ergonómico, que se transmite às bases através de correntes e sistema integrado de desmultiplicação, adequado ao comprimento, altura e peso de cada módulo em carga máxima. (Devendo obrigatoriamente os concorrentes demonstrar documentalmente com descrições, desenhos e / ou fotografias as características descritas, permitindo à entidade adjudicante aferir e conhecer o sistema descrito e desenhado)
16. Os módulos móveis deverão possuir Sistema de Bloqueio Individual de Segurança (Botão de Segurança), (Devendo obrigatoriamente os concorrentes demonstrar documentalmente com descrições, desenhos e / ou fotografias as características descritas, permitindo à entidade adjudicante aferir e conhecer o sistema descrito e desenhado)
17. O funcionamento das estantes nunca poderá pôr em risco a segurança dos utentes.

Cláusula 7ª.

Características das peças e dos materiais

1. A apreciação das peças apresentadas pelos concorrentes basear-se-á nessas características gerais e ainda noutras incluídas em peças escritas que fazem parte deste concurso.
 - a) Todas as peças deverão ser de primeira qualidade.

- b) Todas as peças deverão ser de espessura uniforme.
- 2. **Ferragens:**
 - a) As ferragens a aplicar nas peças móveis reguláveis deverão ser resistentes e de fácil manipulação e concerto, com sistema de fixação simples.
 - b) As rodas, rodízios e outras ferragens para deslocação deverão ter rolamentos adequados, que permitam a sua fácil utilização.
 - c) Todas as ligações das partes metálicas deverão ser soldadas com soldadura uniforme ou através de parafusos roscados em inox (sem parafusos salientes)
- 3. **Estabilidade, segurança, durabilidade e resistência:**
 - a) Todos os materiais deverão possuir características de estabilidade que não ponham em risco a segurança dos utilizadores e utentes.
 - b) Todas as peças devem ter características ergonómicas que permitam a sua comodidade.
 - c) Todas as peças devem ter características de solidez e resistência ao envelhecimento adequadas à sua utilização.
 - d) Todas as peças devem ser resistentes (não dobrar e/ou empenar): aos choques, variações térmicas e higrométricas, a deslocações, etc....
- 4. **Aspeto, acabamento e cor:**
 - a) Nas peças que formem conjunto, é de tomar particular atenção na harmonia das soluções apresentadas, nomeadamente no que toca a formas, aspeto estético, materiais, cor, acabamentos, etc.
 - b) As características de cor e brilho das peças deve manter-se constante ou, pelo menos, variar com o tempo de modo uniforme, sem formação de contrastes incómodos e o índice de reflexão das superfícies não deve provocar qualquer incómodo visual.
 - c) Não se admitem manchas e escorrimentos devidos a corrosão ou a deficiente aplicação de produtos quer de impregnação, quer de corrimento, ou devidos a deslavamentos irregular.
 - d) As peças não devem apresentar qualquer defeito (amolgaduras, falhas, distorções, fissuras, etc.)
 - e) As peças devem possuir acabamento liso e resistente a arranhões.
 - f) As peças não devem ter beirados cortantes e salientes.
 - g) A pintura EPOXY-POLIESTER cinza.
 - h) Todo o conjunto deverá ser esmeradamente acabado, de modo a ter boa apresentação, superfícies de elevada durabilidade, resistentes aos riscos.
 - i) Os acabamentos que correspondam a aplicação de tintas, vernizes, esmaltes, ceras, etc., deverão ser aplicados apenas depois de convincentemente tratadas, limpas e revistadas com camadas de proteção, tecnicamente aconselháveis às superfícies onde esses acabamentos forem aplicados.
- 5. **Leveza e deslocação:** Todas as peças devem ser estudadas de modo a obter a máxima leveza possível, dentro das características impostas.
- 6. **Conservação e limpeza:**
 - a) Todos os trabalhos de conservação devem poder ser realizados sem recurso a mão-de-obra especializada e com materiais e produtos de fácil obtenção.
 - b) A limpeza normal de todas as peças não deve causar degradação nos materiais ou enfraquecer ligações que afetem as características da resistência, estabilidade e aspeto mencionados no ponto anterior.

Cláusula 8.ª

Estantes

- 1. As estantes são formadas por ilhargas dianteiras, intermédias, traseiras, travamentos e prateleiras.
- 2. As ilhargas dianteiras, intermédias e traseiras, deverão ser fabricadas em chapa de aço laminada, lisas, ranhuradas, indeformáveis, reversíveis e fabricadas numa só peça.

3. As ilhargas dianteiras, traseiras, deverão ser lisas fechadas.
4. As ilhargas dianteiras (lado do volante e / ou corredor), deverão ser providas de caixa metálica retangular para ocultação do sistema de transmissão e porta-etiquetas (DIN AS), a fim de permitir uma fácil etiquetagem / referênciação.
5. As ilhargas deverão ser ranhuradas com a variação mínima de 16mm em 16mm e máxima de 20mm em 20mm, de forma a permitir em qualquer momento alterar a constituição dos níveis e do distanciamento entre prateleiras. (Devendo obrigatoriamente os concorrentes demonstrar documentalmente com descrições, desenhos e / ou fotografias as características descritas, permitindo à entidade adjudicante aferir e conhecer o sistema descrito e desenhado)
6. Devem ter flexibilidade de adaptação de acessórios para novos suportes informáticos e outros, de forma a possibilitar, uma futura, necessidade de aplicação de prateleiras e/ou gavetas apropriadas a outros tipos de documentos, assim como: Cd's; Cassetes de Áudio e Vídeo; Microfilmes etc.
7. Deverão ter travamento e estabilização por cruzetas metálicas em diagonal, intermutáveis entre o centro e a frente dos módulos duplos, em quantidade suficiente para garantir o travamento e a estabilização de cada corpo dos módulos.
8. A profundidade máxima permitida por módulo de estantes é de:
 - a) Módulos Móveis e Fixos Duplos 2 x 300mm (600mm)
 - b) Módulos Fixos Simples 1 x 300mm (300mm)
9. Os módulos deverão ter um número determinado de níveis em função das caixas a arquivar e do cálculo de estabilidade de carga, sendo que nas unidades duplas deverá ser considerado 1 batente de encaixe entre prateleiras por cada nível de arquivo de forma a evitar que as caixas arquivadas deslizem entre duas prateleiras no mesmo nível de arquivo. O batente deverá ser em material leve de forma a não sobrecarregar o peso por modulo de estante e total do sistema. Os concorrentes deverão referir qual o tipo de material do batente e o seu sistema de colocação e remoção.

Cláusula 9.ª

Prateleiras

1. As prateleiras deverão ser amovíveis e em chapa de aço laminado e pintadas a epoxy, lisas e ranhuradas com tripla quinagem à frente e atrás com espessura mínima de 30mm e dupla quinagem lateral, de forma a garantir a sua rigidez, não existindo ângulos vivos suscetíveis de ferir o utilizador e/ou o(s) documento(s).
2. As prateleiras serão fixas às ilhargas por encaixe, através de suportes zincados com formato específico, proporcionando um posicionamento correto aquando da manutenção das prateleiras e um centro de gravidade que garante um posicionamento correto nas ranhuras das ilhargas, evitando a queda dos suportes.
3. As prateleiras deverão suportar, uma carga mínima (uniformemente distribuída) de 90 kg cada. O fornecedor obriga-se a constituir no local processo de ensaio de no mínimo 3 prateleiras de sobrecarga exigida.

Cláusula 10.ª

Construção, preparação e montagem

A construção, preparação e montagem das estantes, deverá ser feita de modo a garantir a necessária robustez, qualidade e duração.

Cláusula 11.ª

Fixação de Carris, Pavimento e Nivelamento

1. Assentamento, nivelamento e fixação dos carris no pavimento existente, deverão ser ladeados a todo o seu comprimento, por duas rampas construídas em chapa de aço galvanizada (ou em alternativa os carris podem incorporar de raiz as duas rampas), proporcionando fácil acesso a pessoas e aos carros de transporte de documentos e possuir batentes finais de fim de curso.
2. Qualquer nivelamento adicional necessário, será executado pela concorrente a quem vier a ser adjudicado o fornecimento objeto do presente caderno de encargos.

Cláusula 12.ª

Estante fixa simples com 4 (quatro) gavetas

1. No depósito com a designação **N.º 1 – Histórico**, deverá ser proposta a inclusão de estante fixa simples composta por 5 (cinco) tramos (5*1000mm), com a seguinte composição:
 - Dimensões exteriores do Arquivo: 5040 x 800 x altura igual aos módulos de estantes compactas a instalar neste depósito;
 - Ilhargas dianteira lisa e ranhurada, com 1 porta etiquetas DIN A5;
 - Ilhargas intermédias e traseira em chapa de aço ranhuradas, com travamentos e estabilização por cruzeta metálica;
 - 5 prateleiras amovíveis (por tramo de estante simples) incluindo 1 de base e 1 de cobertura em chapa de aço pintada a epoxy c/tripla quinagem à frente/trás, dupla quinagem lateral, suportando cargas 90KG;
 - 3 (três) níveis de arrumação por tramo de estante;
 - 4 (quatro) gavetas telescópicas por tramo de estante simples com 200mm alt. X 800mm prof.
2. Estrutura de corpo único em chapa de aço polido para as estruturas internas das corrediças e reforços internos, com tampo em chapa metálica com pintura EPOXY-POLIESTER cinza
3. Gavetas com corrediças com rolamentos de esferas, para um deslizamento suave, 70% de extração, travão mecânico na extremidade das corrediças, fechadura com chave em cada módulo de gaveta;
4. Painel frontal de gavetas com puxador de largura total.
5. Guias telescópicas com capacidade para suportar peso de 45Kg.

Cláusula 13.ª

Homologação, certificação e garantia

1. O adjudicatário garantirá, o equipamento fornecido, durante o prazo que constar da proposta adjudicada e que não pode ser inferior a 5 (cinco) anos, a contar a partir da data do seu fornecimento, montagem e aceitação pelo contraente público.
2. As características técnicas fornecidas pela firma cocontratante (referentes a todas as especificações técnicas do material entregue), são da sua exclusiva responsabilidade. Se o equipamento entregue não corresponder ao que foi indicado, o cocontratante terá de suportar todas as despesas com a sua substituição, assim como os custos relativos a eventuais atrasos na transferência do arquivo e as indemnizações exigidas pela Câmara Municipal de Braga.

3. Em caso de anomalia do equipamento, de danos causados durante o processo de instalação das estantes, o cocontratante compromete-se a substituir o equipamento, sem qualquer despesa para a entidade contraente público, num prazo nunca superior ao referido para o fornecimento inicial.
4. Em caso de danos causados no edificado e seus equipamentos, no decorrer da instalação, o cocontratante compromete-se a reparar os danos causados, sem qualquer despesa para a entidade contraente público, assim como os custos relativos a eventuais atrasos na transferência do arquivo e as indemnizações exigidas pela Câmara Municipal de Braga.
5. Para o sistema de estantes compactas móveis mecânicas e fixas duplas e simples, apresentadas a concurso devem no seu global possuir no mínimo, certificados de garantia de qualidade e segurança de acordo com as normas europeias aplicáveis.